

AZINHEIRA: A FRONTEIRA QUE NOS SEPARA DO DESERTO¹

Encina: la frontera que nos separa del desierto²

Fernanda dos Santos Amaro

PT

Faz-se a descrição sumária da evolução da floresta mediterrânea até à formação dos montados. Considera-se que a defesa passa pelo conhecimento dos processos da sua degradação e que só uma ação construtiva nesse ecossistema poderá impedir não só a sua falência como até o seu desaparecimento.

São apontadas por fim algumas vias de carácter institucional que visam viabilizar essa ação construtiva e impedir que se cumpra o velho provérbio árabe: «O homem é na terra o traço de união entre a floresta que o procedeu e o deserto que se lhe seguirá».

SP

Se hace una exposición sumaria sobre la evolución de la foresta mediterránea hasta la formación de las dehesas.

Se considera que la defensa de las dehesas pasa por el conocimiento de los procesos de degradación y solamente una acción constructiva en ese ecosistema podrá impedir no solo su quiebra sino hasta su desaparecimiento.

Finalmente se señalan algunos procedimientos de carácter institucional que fomentan visibilizar la acción constructiva e impedir que se cumpla el viejo refrán árabe: «El hombre es en la tierra el puente entre la foresta que le ha procedido y el desierto que le seguirá.»

¹ Este trabalho foi objeto da comunicação apresentada ao Seminário sobre «Dehesas y Sistemas Agrosilvopastorales Similares – organizado pelo MAB (programa sobre o Homem e a Biosfera, da UNESCO) em Madrid, em 1987

² Este trabajo ha sido objeto de la comunicación presentada en el Seminario sobre «Dehesas y Sistemas Agrosilvopastorales Similares – organizado por el MAB (programa sobre el hombre y la biosfera, de la UNESCO) en Madrid, en 1987

INTRODUÇÃO

INTRODUCCIÓN

A ameaça de desertificação que hoje pesa sobre certas regiões do globo tem vindo a alarmar quer a comunidade científica internacional quer mesmo as autoridades internacionais. De várias direções nos chegam os ecos de uma preocupação que nos parece tanto mais legítima quanto é certo que vão tardando as medidas de política que traduzam na prática os objetivos que vêm sendo preconizadas.

Com efeito, verifica-se quão discrepantes são as ações levadas a efeito em zonas de grande sensibilidade ecológica, como é a mediterrânica, e as recomendações feitas em encontros internacionais sobre esta matéria, como o foram os dois últimos Congressos Mundiais Florestais – 1978, em Jakarta, e 1985, no México. Se o primeiro reconhece que «a floresta deve estar ao serviço da coletividade», o segundo vai bem mais longe e aprova um manifesto onde se afirma que «o futuro da Humanidade está ameaçado pela degradação dos ecossistemas florestais, as perdas de germoplasma, a extinção das espécies, as desfavoráveis alterações ecológicas, hidrológicas e climáticas, o esgotamento dos solos, a redução da produtividade e a insuficiente renovação dos recursos florestais e o seu mau aproveitamento» (Sampaio, 1985).

Esta posição, tomada pelo IX Congresso Florestal, vem aliás, na sequência de posições semelhantes tomadas por outras instituições, nomeadamente a FAO e a UNESCO. No caso da FAO é de referir a afirmação que este organismo internacional fez, conjuntamente com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e que constitui um verdadeiro grito de alarme: «Se o processo de desertificação não for sustido, dentro de trinta anos poderão desaparecer da face da Terra todas as florestas tropicais, facto que

teria consequências catastróficas, afetando todo o planeta».

Relativamente à UNESCO, é conhecido o interesse que este organismo tem posto em ações que, de alguma forma, contribuam para minorar os problemas da fome no Mundo. Em 1970 lançou um programa intergovernamental (MAB), no âmbito do qual se insere este seminário, com vista a desenvolver o conhecimento sobre os recursos biológicos terrestres e sobre as relações entre as atividades humanas e os ecossistemas terrestres, de modo a lançar as bases para o uso racional da conservação e recuperação daqueles recursos. A vegetação natural em toda a Bacia Mediterrânea, quer por razões climáticas, quer sobretudo por razões históricas, é umas das zonas que, como inicialmente se disse, se encontra ameaçada e, por isso mesmo, onde é urgente atuar por forma a evitar que se atinja uma situação de rutura nos ciclos bioquímicos. Tais situações, aliás, sucederam já em outras partes do globo e, nomeadamente, aqui bem perto, no Sara, onde há cinco mil anos existia uma vegetação tipicamente mediterrânica e onde hoje se assiste a um ritmo de avanço do deserto a 600 m por ano (Duvigneand, 1977).

Embora a floresta mediterrânica tenha sido muito menos estudada que as florestas da caducifólias e de resinosas, devido à sua menor representatividade, existem estudos que já nos permitem conhecer alguns dos principais mecanismos que o regulam e ainda as razões históricas que explicam a situação atual.

Assim, e sem prejuízo de estudos mais aprofundados, parece-nos ser possível, desde já, não só corrigir hábitos antigos como introduzir alterações profundas no conceito de utilização deste ecossistema,

sob pena de vir a concretizar-se em» nossa casa» aquilo que lamentamos tenha sucedido em outras regiões – o deserto.

O montado, pálida amostra, do que terá sido a floresta mediterrânea, é, estamos certos, no momento presente, a única arma de que se dispõe para obstar a que se atinja

uma situação de irreversibilidade que todos tememos. Urge por isso estudá-lo de uma forma históricas que dão força às práticas tradicionais, as causas próximas e distantes da sua progressiva degradação e sobretudo a melhor forma de os explorar sem os espoliar.

RAZÕES HISTÓRICAS DA FORMAÇÃO DOS MONTADOS

MOTIVOS HISTÓRICOS SOBRE LA FORMACIÓN DE LA DEHESA

O primeiro trabalho de índole científica que faz a análise de formação dos montados avalia o seu estado e sugere mesmo algumas ações que contribuíram para seu melhoramento, é da autoria de Fragoso de Sequeira e foi publicado em 1790.

É através desse trabalho que se tem notícia de ter sido na Comarca de Portalegre que teve início a «política das alimpações nos grandes matos cheios de moitas desde a Guerra da Restauração (1640-1668), ressalvando-se as melhores árvores e deixando a terra capaz de cultivo» (Natividade, 1950).

Já então, Fragoso de Sequeira amentava a falta de interesse pela sua cultura e pelos cuidados exigidos para a sobrevivência da regeneração espontânea.

Assim, pode dizer-se que a principal razão da formação dos montados, tal qual eles se configuram, foi a possibilidade que eles davam, por um lado, de aumentar as áreas de cultivo e, por outro, aproveitar os pastos que se lhe sucediam e simultaneamente a bolota que naturalmente caía das árvores e era um precioso complemento alimentar para os porcos que aí se criavam em regime de montanhaeira.

Deste modo, as práticas culturais aí realizadas podem sintetizar-se do seguinte modo: após a limpeza do mato, mobilizava-se a terra e fazia-se um ou dois anos de seara- Deixava-se depois a terra em descanso alguns anos e aí se criavam os

porcos. Para que estes tivessem pasto com abundancia cortava-se o mato ou, o que era mais corrente, deitava-se o fogo. Para que houvesse bolota suficiente para o período de escassez alimentar, fazia-se a poda das arvores – poda de frutificação.

Apesar de já então se ter em grande valia a cortiça, a prática, das «alimpações» dirigia-se fundamentalmente à azinheira, já que os seus frutos eram mais apetecidos pelo gado. Contudo, segundo Sequeira (1970), tais práticas tornam-se extensivas ao sobreiro ainda no decurso do século XVIII. No entanto, a sua generalização a todo o Alentejo foi lenta devido, por um lado, ao seu enorme dispêndio e, por outro, à falta de estímulo por parte do consumo (Natividade, 1950).

Na segunda metade do século XIX dois factos decisivos vieram acelerar o ritmo de expansão dos montados de sobre: por um lado, verifica-se um aumento da procura e da valorização da cortiça, devido ao incremento que a industria do vidro sofre em consequência da grande expansão que a produção vitivinícola então conhece na Europa; por outro lado, e em resposta às necessidades crescentes de desenvolvimento do país alarga-se a rede viária e ferroviária (Saraiva, 1975), criando, assim, maiores facilidades de transporte até aos mercados consumidores.

No dealbar do século XX tinha-se generalizado a técnica dos desbastes seletivos ao pouco que ainda existia da já

tão depauperada Floresta Mediterrânica no Alentejo. Não admira, portanto, que os montados começassem a dar os sinais de

desequilíbrio a que tal técnica conduzia quando praticada com carácter sistemáticos.

DEGRADAÇÕES DO MONTADO

DEGRADACIONES DE LA DEHESA

CAUSAS REMOTAS

A degradação do montado não é um facto recente e está intimamente relacionada com sistemas de produção habitualmente nele praticado.

Nem sempre, porém, se identificou a relação existente entre estes dois factos. Na verdade, até finais do século XX, a árvore foi considerada uma unidade com reacções sempre idênticas, quer estivesse isolada quer integrada num povoamento (Guerreiro, 1953). Com o evoluir do conhecimento, foi possível perceber que tal convicção era errada, pois, contrariamente ao que se supunha, verifica-se que há não só interdependência entre s diversos indivíduos que constituem uma comunidade como também entre estes e o meio em que se inserem.

Assim, ao serem eliminadas as espécies que, conjuntamente com o sobreiro e azinheira, constituíam a floresta mediterrânica foi quebrada essa cadeia de interdependências, pois não apenas se eliminou toda a proteção que os diversos estratos forneciam ao solo como ainda se suprimiu a principal fonte de nutrientes e um importante repositório de uma diversificada fauna e microflora, tão necessárias ao equilíbrio do ecossistema floresta.

A diversidade de funções que o sub-bosque desempenha nesse equilíbrio só veio a ver reconhecida muitos anos após se ter generalizado a prática da sua supressão sistemática. Estudos (recentes) que consideram o sub-bosque um «fator-chave “no funcionamento do ecossistema e causa

de destruição das árvores que se querem «proteger» (Pimentel, 1888).

Posto isto, parece-nos claro que o ciclo de vicissitudes por que têm passado quer o sobreiro quer a azinheira começou verdadeiramente quando ambas as espécies deixam de ser um elemento anónimo no matagal e passam a ser «senhores» na vasta planura alentejana (Neves, 1950).

É certo que os cuidados dispensados a estas árvores e particularmente ao sobreiro, em finais do século passado, eram tantos que Hickel (1893) os compara a autênticos pomares, considerando mesmo tratar-se de uma produção intensiva de cortiça tal como poderia ser concebida teoricamente (nogueira, 1977).

O sistema de exploração adotado nestes vastos espaços alentejanos relevou-se, de facto, compensador, durante algum tempo, pois permitia o integral aproveitamento do solo e da árvore. Porém, a extrema artificialização introduzida neste ecossistema, associado ao facto de a cultura cerealífera se fazer à custa da fertilidade acumulada, o que levou Natividade (1950) a considerar «a seara um parasita do montado», provocou tais desequilíbrios, que em finais do século passado já se faziam sentir alguns dos problemas que hoje são evidentes. São eles a fraca regeneração natural, a morte prematura de árvores, o aparecimento de doenças e pragas, numa palavra, enfim, a degradação do montado.

Pimentel em 1888 já se referia, na sua obra *Pinhais, Soutos e Montados*, ao «estado decadente em que hoje se encontram

alguns montados»; Hickel, em 1898, lamentava a baixa densidade do arvoredo e a fraca regeneração natural; Veríssimo de Almeida, em 1898, preocupava-se com aquilo a que chamou uma «moléstia nova», por não encontrar outra razão, que atacava tanto chaparros como árvores adultas,

definindo-as ou matando-as (Neves, 1893).

CAUSAS PRÓXIMAS

Como se estas não fossem suficientes, outras causas, porventura mais graves, vieram provocar ainda mais profundos desequilíbrios no montado.

INTENSIFICAÇÃO DA CULTURA DO TRIGO

INTENSIFICACIÓN DE LA CULTURA DEL TRIGO

O aumento da produção de trigo, estimulado pelos poderes públicos através de diversos tipos de incentivos, levou a que terras virgens ou em pousios há longos anos fossem desmoitadas e arroteadas; que os períodos de pousio fossem encurtados; que o montado não sé ficasse remetido às piores terras como mesmo aí, fosse mantido numa densidade baixa, de modo a permitir fazer seara.

No cumprimento deste objetivo maior, que era transformar o Alentejo no «grande celeiro» do país (Baptista, 1984), não só se teve a devida consideração por estas arvores como ainda se propalou a ideia de que elas tinham preferência por condições edafoclimáticas agressivas (Natividade, 1950).

Apesar de então se começar a generalizar o uso dos adubos químicos, progresso técnico mais espetacular ocorrido na agricultura do Sul durante o último quartel do século XIX e boa parte do século XX (Reis, 1980), a sua utilização não obsteu à progressiva redução do fundo de fertilidade dos solos. Por um lado, porque os nutrientes fornecidos eram insuficientes para alimentar a seara, e por outro, se não mesmo principalmente, porque o sobreaquecimento a que ficou sujeita a manta morta, após a desmoita, conjuntamente com o arejamento que resultou da mobilização dos ácidos húmidos e, conseqüentemente, criaram condições para uma diminuição da matéria orgânica (Natividade, 1941; 1950). O conjunto de fenómenos relacionados com este ciclo:



Poderia só por si explicar boa parte da degradação do montado. Com efeito, várias são as referências ao importante papel que a manta morta desempenha no equilíbrio dos ecossistemas em geral e nos montados em particular. Bastará, pois, referirmos alguns dos aspetos desse papel para se perceber certos mecanismos que estão na base da degradação do montado e, conseqüentemente, quão importante é a presença da manta morta dos solos florestais.

Consideramos apenas dois problemas nos quais a manta morta tem interferência direta:

- Água: se atendermos a que umas das características do clima mediterrânico é o Verão quente e seco, naturalmente se conclui da necessidade de uma maior capacidade de armazenamento de água. Ora bem, essa capacidade é tanto maior quanto mais espessa for a manta morta, verificando-se igualmente que a velocidade de infiltração da água é muitas vezes superior à de um solo agricultado (Guerreiro, 1953). Refira-se, a título de exemplo, que em dois solos idênticos e adjacentes, mas com diferentes teores de matéria orgânica, a quantidade de água absorvida pelo que apresenta maior teor pode ser 10 a 50 vezes superior à do outro durante o mesmo tempo. Apesar de se tratar de árvores extremamente rústicas, preparadas para tirar partido de condições ambientais próximas dos seus limites de tolerância, mercê das suas adaptações estruturais de xerófito, o certo é que, para níveis de água no solo muito baixos, sobretudo o sobreiro, entra em regressão (Natividade, 1950).

- Entomofauna e microfauna: um dos aspetos que denuncia a decadência dos montados é, certamente, a frequência e intensidade das pragas e doenças que os assolam. Com efeito, elas são fruto do equilíbrio gerado pela ausência de

organismo antagónicos que, de algum modo, limitam a sua ação natural, a qual se traduz na destruição total ou parcial, a curto ou médio prazo, das espécies florestais que desejamos salvaguardar. Retomando aqui o papel da manta morta, lembramos que dela dependem cerca de 95% dos insetos, pois passam parte da sua vida no solo florestal (Mis. Publ., 1940). É lícito, portanto, concluir que, na sua ausência, os insetos que proliferam serão os que não dependem dela. A comprovar isso mesmo existem as notícias que assinalam o aparecimento de pragas de insetos desfolhadores já em finais do século passado – a primeira invasão de *Tortrix viridana* L. (burgo) no nosso país supõe-se ter sido em 1985 (Ramalho, 1929).

Resolver o problema das pragas florestais passa necessariamente pela defesa e reconstituição do solo florestal e não, como foi feito, a partir da descoberta do DDT, pela aplicação maciça de inseticidas. Tal opção não só não soluciona o problema como ainda agrava o desequilíbrio que lhe está na origem, criando, assim, condições para que novos e mais intensos ataques sobrevenham.

De igual modo, o aparecimento das principais doenças dos montados está relacionado com o solo florestal, pois deste dependem as micorrizas, as quais por sua vez interferem duplamente no controlo das doenças. Por um lado, porque delas dependem em boa parte a nutrição mineral das árvores e conseqüentemente o seu vigor vegetativo, e por outro devido às substâncias antibióticas que estas produzem e que são inibidoras de fungos (Jacquot, 1978). Assim, o aparecimento das suas doenças mais frequentes no sobreiro, a «ferrugem alaranjada do entrecasco» (*Endothia gyrosa* Sacc.) e o «carvão do entrecasco» (*Hypoxylon mediterraneum* (De Not.) Mill), já referenciadas nos finais do século passado, a primeira em 1883, em Coimbra (Macara, 1974) e a segunda em 1898 (Almeida, 1898), podem ser

relacionados com as práticas então já bastante generalizadas de desmoita e arroteia. Por sua vez, a manta morta é o reflexo do sub-bosque, o qual «é de importância vital no funcionamento do bosque, não só como via de retorno de nutrientes, mas também porque constitui,

juntamente com a decomposição das raízes finas, o principal fluxo de matérias orgânicas ao solo do bosque, que é, por sua vez, porta de entrada da rede trófica dos organismos decompositores e detritívoros (fungos, bactérias, microartropodes e outros (Escarré, *et al.*, 1985)).

INTENSIFICAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DO ARVOREDO

INTENSIFICACIÓN DE LA EXPLOTACIÓN DEL ARBOLADO

À medida que este «ciclo de destruição» se cumpre, a natureza vai dando sinais de que o ponto de rutura se aproxima. Vários autores, de que destacamos Vieira Natividade, Baeta Beves e Gomes Guerreiro, produziram importantes trabalhos na década de 50, alertando para o enorme prejuízo que, a nível nacional, constituía a continua degradação dos montados. Já então estes autores consideravam a urgência em que se encetaram ações construtivas que fizessem inverter, ou pelo menos parar, este processo, por forma a não ter de se lamentar no futuro a usura do presente.

Porem, os proprietários, na sua maioria absentistas, estavam, por isso mesmo, mais interessados no rendimento anual das suas propriedades do que na salvaguarda de um património que lhes foi legado. Compreende-se assim que não só tenham sido indiferentes às manifestações de cansaço de que o sistema dava mostras como tenham ignorado os avisos que os técnicos vinham fazendo.

Com efeito, em face dos baixos rendimentos da seara, consequência de uma diminuição do fundo de fertilidade do solo, bem como de uma acentuada erosão que as lavouras sucessivas favoreceram, os proprietários, ou mesmo os rendeiros, recorrem mais intensamente aos produtos do coberto arbóreo. Por um lado, realizam podas intensivas – arreas – que, embora aparentemente visem o rejuvenescimento

da árvore, tem sobretudo em vista a obtenção de quantidades compensadoras de material lenhoso e, quando se trata de sobreiro, de cortiça virgem tirada posteriormente dos ramos-falca. Por outro lado, procedem a despelas fracionadas, que, frequentemente efetuadas acima da superfície normal de descortiçamento, permitem obter cortiça no intervalo de duas despelas normais, as quais se realizam de nove em nove anos. Este procedimento não tem em conta que o arvoredo se encontra já depauperado, quer pelo excesso de utilização do solo, quer mesmo pela excessiva decapitação da sua copa sempre que tal se tenha revelado necessário a um menor encombramento da seara. Os rendimentos assim obtidos só momentaneamente foram compensadores, pois os resultados em breve se revelaram alarmantes.

Um número significativo de árvores entrou em decrepitude precoce, quer por terem sido presa fácil de doenças, das quais o carvão do entrecasco ocupa lugar de relevo, quer porque as reservas de que dispunham para promover a reconstituição da copa eram tão exíguas que muitas feneceram antes de ser levada a bom termo tal tarefa.

Diga-se, no entanto, que, não raras vezes, esta forma de proceder foi, e ainda é, intencional, pois permite ultrapassar as limitações que a lei impõe ao derrube destas árvores. O objetivo é claro. Pretende-se a sua substituição,

particularmente da azinheira, por espécies cujo rendimento a curto e médio prazo seja claramente superior.

A azinheira, com o aparecimento em 1957 da peste suína africana, perdeu boa parte do seu interesse económico para os agricultores, passando, portanto, a ser apenas, do seu ponto de vista, um produtor de lenha ou, na melhor das hipóteses, um produtor de madeira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERACIONES FINALES

Quer o sobreiro que a azinheira são, sem dúvida, duas espécies do ecossistema mediterrânica que dispõem de um elevado número de mecanismos que lhes permitem não só vegetar em ótimas condições no clima mediterrânico, como também resistir a varias agressões exteriores, das quais destacamos o fogo tão comum nesta região (Guilherme e Trabaud, 1980). Este especto, que lhes permitiu chegar aos nossos dias com o vigor e a pertinácia que todos lhe conhecemos, deveria merecer dos poderes públicos uma atenção especial.

Com efeito, numa época em que por toda a parte se discutem os perigos de desertificação e, simultaneamente, se detetam em Portugal regiões com sinais evidentes desse fenómeno (Pena, *et al.*, 1986) é, no mínimo, estranho que se continue a permitir o derrube, encapotado ou não, destas espécies e não se tomem medidas concretas que evitem tais atuações.

A necessidade de defender uma espécie como o sobreiro, que representa uma enorme riqueza para o nosso país e uma fonte de rendimento apreciável para os seus proprietários, embora nos pareça evidente, tem sido tarefa a que muitos se

Dado que a lógica do sistema é a obtenção do máximo lucro no mínimo intervalo de tempo, o eucalipto surge então como uma alternativa, o que tem conduzido uma rápida expansão desta espécie.

Muitas têm sido as vozes que se levantam tanto para defender como para atacar esta espécie. Não abordaremos, portanto, este problema em qualquer destas óticas, mas sim na perspectiva de defesa de um ecossistema próprio da região mediterrânica.

têm dedicado, apesar de nem sempre com os melhores resultados.

Pelo contrario, a defesa da azinheira tem-se mostrado mais difícil e controversa e, por isso mesmo, a precisar de uma atenção especial.

Trata-se, com efeito, de proteger uma espécie cujo valor não pode (ou não deve) ser avaliado exclusivamente em função dos seus produtos, mas sobretudo pelo que ela representa para uma vasta comunidade de seres vivos nos quais o homem se inclui.

A azinheira é, quanto a nós, a distância que nos separa do deserto, e, por isso mesmo, urge que seja encarada como um recurso natural a preservar, não tanto pela riqueza que diretamente nos dá, mas principalmente pelo que nos garante preservar. Vastas áreas do nosso território, que atualmente beneficiam da existência desses povoamentos, perder-se-iam para a agricultura caso eles desaparecessem ou fossem substituídos por outros, cujas exigências, por não se adequarem às características dessa região, não permitam a sua perpetuação. Porem, numa sociedade onde os interesses individuais tantas vezes se sobrepõem aos coletivos e a macroeconomia se caracteriza não tanto

por uma racionalidade e objetivos próprios, mas sobretudo por ser a resultante da multiplicidade microeconómica, torna-se extremamente difícil impedir que a obtenção do lucro individual, máximo e imediato, não se sobreponha às necessidades coletivas do médio e longo prazos. Reportando-se à situação em análise, e tendo em conta a lógica do próprio sistema, torna-se extremamente difícil impor a preservação da azinheira sempre que, ao proprietário, se perspetive a hipótese de rendimentos superiores a curto prazo. Em nosso entender, se não se deseja ver cumprido o velho provérbio árabe: «O homem é na terra o traço de união entre a floresta que o procedeu e o deserto que se lhe seguirá», o Estado deverá assumir a responsabilidade social da gestão de um património, cuja preservação é de interesse coletivo, designadamente através da expropriação ou do regime de arrendamento.

Na verdade, no tempo presente já não é possível situarmo-nos face à natureza, ignorando as necessidades económicas do homem, mas também não é possível encará-la como fonte inesgotável de riqueza. Por isso mesmo, se queremos garantir o futuro do seu potencial produtivo, é urgente evitar a sua degradação.